

## DESMISTIFICANDO O MITO DA MERITOCRACIA RACIAL NO FILME “VISTA MINHA PELE”

Yane Rodrigues Mendes, FEESU/FUPAC, [yane.2008@hotmail.com](mailto:yane.2008@hotmail.com)  
Adriana Ramos dos Santos Menegon, FEESU/FUPAC, [adriana.ramosmenegon@gmail.com](mailto:adriana.ramosmenegon@gmail.com)  
Bill Robson Monteiro Lisboa, FEESU/FUPAC, [billrobsonmg@hotmail.com](mailto:billrobsonmg@hotmail.com)

### Resumo expandido

O presente texto é fruto de uma atividade avaliativa que foi realizada no Componente Curricular (disciplina) Educação para o Ensino de História e Cultura Indígena, Africana e Afro-Brasileira que integra o currículo do 6º período do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Faculdade Estudos Sociais de Uberlândia. A atividade consistiu na análise do filme Nacional “Vista Minha Pele”, produzido e dirigido por Joel Zito Araújo com duração de 24 minutos, gênero ficcional educativo, coordenação geral Hédio Silva Junior, roteiro Joel Zito Araújo & Dandara, patrocinado pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, lançado no Brasil no ano de 2003.

O filme de curta-metragem “Vista Minha Pele” é uma produção midiática que foi cuidadosamente pensada em cada detalhe ao apresentar a cultura negra como etnocêntrica, ou seja, a cultura padrão como norma e dominante, características essas que foram historicamente atribuídas à cultura branca. Os/as personagens brancos/as do filme estão em todas as cenas em situação de vulnerabilidade social, econômica e cultural, traços atribuídos pela sociedade aos/as negros/as. O filme narra a história de Maria uma menina branca que estuda em um colégio particular, devido sua mãe ser funcionária do mesmo, seu sonho era ser “Miss Festa Junina”, no entanto ela não fazia parte dos modelos tidos como normativos pela mídia, pois era branca e o modelo de beleza tido como padrão era o negro.

Por pertencer a uma minoria branca, a menina durante todo filme sofre muito preconceito e é vista pelos/as professores/as com um olhar de pena. A fim de realizar seu sonho Maria conta com a ajuda de sua amiga Luana (de pele negra), que diferente dela estava inserida aos padrões normativos impostos pela sociedade e que procurou encorajar a protagonista de modo que ela não desistisse dos seus sonhos e enfrentasse os desafios da competição.

O desfecho da história é emocionante e nos faz (re)pensar diversas temáticas acerca das questões sociais. Através do filme é possível identificar a naturalização do preconceito, a falta de representatividade, discutir sobre meritocracia, cultura eurocêntrica, entre outros desafios vividos pela cultura negra. O filme ao final não mostra quem é a vencedora do concurso (Miss Festa Junina), mas deixa a mensagem para o/a telespectador/a que mais importante do que vencer, foi a luta de Maria contra os padrões pré-estabelecidos e chama atenção para mostrar que socialmente as “minorias” precisam se desdobrar inúmeras vezes para competir com aqueles/as que a sociedade considera como norma.

Cabe ainda enfatizar as questões meritocráticas apresentadas no enredo, e no que tange a sociedade é muito presente. Com aproximadamente quatro minutos do filme, uma cena chama muito atenção, trata-se de um diálogo entre Luana e o pai, no qual a menina se demonstra indignada com a situação de sua amiga Maria. Seu pai lhe responde que “Maria precisa aprender a lutar pelos seus direitos, não podemos ser paternalistas, pois as leis do Brasil dão direitos iguais a todos e quem batalha vence”.

No contexto atual essa fala até poderia ser coerente ao afirmar que as leis do Brasil oferecem os mesmos direitos e que, aqueles/as que batalham, vencem. Entretanto, esses discursos se tornam incoerentes quando dito por pessoas socialmente privilegiadas e que nunca sentiram na pele a dor da rejeição, seja pela cor da pele ou por qualquer outro fator social. E, afinal será mesmo que no Brasil, todos/as possuem os mesmos direitos, as mesmas oportunidades sociais? Não é preciso ir longe para saber que esse questionamento é parte de uma falsa ideia de meritocracia.

Segundo Barbosa (1999), A meritocracia é uma espécie de organização pautada no cumprimento de metas e objetivos, que não valoriza as particularidades sociais, tais como a origem, cultura, posição social e econômica, ao fazer essa afirmação de quem batalha vence, o pai de Luana assim como o sistema capitalista generaliza as capacidades das pessoas e as colocam no mesmo patamar desconsiderando suas individualidades e toda bagagem de vida que esta pessoa traz consigo, é como culpar os/as desprivilegiados/as por suas difíceis condições de vida e ainda acreditar que vivem nessas condições por opção, ou porque não se “esforçaram” o suficiente para se libertar delas.

As pessoas não possuem as mesmas condições e muito menos as mesmas oportunidades sociais, então, como é que elas terão as mesmas chances de êxito, seja na disputa por um emprego ou por uma vaga em uma Universidade? Todos/as alunos/as ao ingressarem na escola possuem seu capital cultural, ou seja, eles/as não partem do mesmo princípio, então como poderiam concorrer democraticamente? A realidade é que a sociedade está diante de um ciclo imobilizante. Os/As privilegiados/as tendem a ter os melhores estudos, os melhores salários e essa estruturação, faz com que aqueles/as que estão fora dela se esforcem ainda mais para provar sua capacidade e romper com esse ciclo.

Por isso, é tão significativo para o país as cotas raciais ou programas destinados a pessoas de baixa renda como formas de seleção para ingresso nas universidades, quando há reserva de vagas para aqueles/as considerados “minorias.” a competição se dá entre eles/as, entre “iguais”. Então, não há exclusão do mérito, é uma maneira de vencer qualificando pelas condições sociais e econômicas dos/as alunos/as que se encontram nos mesmos níveis, tornando-se uma disputa mais justa e igualitária.

No ambiente escolar, o indivíduo terá desde os primeiros anos de vida contato com diferentes tipos de pensamentos, grupos, culturas e religiões, a escola torna-se grande aliada na formação pessoal. Ela é amparada por lei devendo acrescentar em suas práticas conteúdos que abordem questões étnico-raciais. Conforme o artigo 26- A da Lei nº 11.645/2008 “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e Indígena”. Porém é preciso ressaltar que cumprir a lei não é o suficiente para reduzir atitudes perversas, desumanas e preconceituosas, mas consideramos uma iniciativa significativa e relevante na luta por uma educação igualitária.

Essa temática precisa ser trabalhada de forma significativa e contrária ao “currículo turístico”, deve prevalecer a desconstrução de atos discriminatórios e ressignificar de modo inclusivo um ambiente para todos/as sem distinção de quaisquer diferenças, e os que ali estão sintam-se integrantes daquele local, livre de preconceitos, discriminação ou exclusão social.

Deve-se trabalhar de forma transversal, abordando em todo o currículo escolar, temáticas relacionadas ao racismo, as minorias, aos modelos eurocêntricos e etnocêntricos, considerado como padrão pela sociedade, mediando atos preconceituosos e discriminatórios, pois, o silenciamento é um ato conivente com essas ações.

Consideramos o mundo como multicultural e constituído pela diversidade, portanto, não cabe exclusivamente há uma determinada “raça” ou classe social determinar o futuro de toda uma nação. É preciso enfrentar as camadas sociais que acreditam na superioridade e

destroem os sonhos das classes populares, a luta deve ser sempre pela igualdade, respeitando as singularidades.

Assim como a protagonista do filme, cabe a cada um/a de nós buscarmos alternativas para romper visões ultrapassadas, caso contrário à trajetória de vida para alguns/mas poderá se tornar um cotidiano perverso dominado por opressões que causará feridas incontornáveis.

**Palavras chave:** Desigualdade Social; Meritocracia; Racismo.

**Referências:**

BARBOSA, L. **Igualdade e Meritocracia, a ética do desempenho nas sociedades modernas.** Editora FGV, Rio de Janeiro, 1999.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília - DF: Ministério da Educação, 2004.

